

Pobreza, criminalidade e questões de gênero na “Cidade Verde”¹

Poverty, crime and gender issues in “Green City”

Camila Melo Silveira da Silva
 Mestranda em História
 Universidade Federal do Piauí
camillynha_melo@hotmail.com

Recebido em: 08/06/2015
 Aprovado em: 01/08/2015

RESUMO: O artigo apresenta representações sociais que recaíam sobre mulheres pobres de Teresina, capital do estado do Piauí, quando estas se envolviam em crimes, durante os anos 1890 a 1920. Através da observação de livros de registros da cadeia pública com trabalho de Teresina, códigos da secretaria de polícia do Estado do Piauí, legislação estadual e municipal, mensagens governamentais e noticiários de jornais, articulamos práticas jurídica-policiais vigentes no referido recorte temporal da cidade, a questões sobre o “ser mulher”, poder, pobreza e feminilidades desviantes.

PALAVRAS-CHAVES: Mulheres, Pobreza, Criminalidade.

ABSTRACT: The article presents social values that fall on poor women in Teresina, Piauí state capital, when they are involved in crimes during the years 1890 to 1920. Through observation of record of public jail with Teresina work, the codices Piauí state police department, state and local laws, and government posts and news from newspapers, articulate legal - police practices existing in that time frame the city, questions about “being a woman”, power, poverty and deviant femininity.

KEYWORDS: Women, Poverty, Criminality.

O seguinte trabalho tem como objeto de estudo a mulher. A mulher dos segmentos populares “que une às mazelas de sexo àquelas de classe”². O viés da análise é a *criminalidade* feminina em Teresina, capital do estado do Piauí, de 1890 a 1920, na qual discutimos a forma que mulheres das camadas mais pobres, envolvidas em questões policiais e jurídicas, são

¹ Nome que o poeta Coelho Neto batizou a cidade de Teresina. Cf. SALLES, Maria do Socorro Teixeira Mello. Consciência Ambiental do Teresinense: Determinantes históricos-sociais. Captado em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT14/GT4.PDF>. Acesso em: 13 dez. 2014.

² SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

percebidas em um contexto político e social de incentivo à modernização da cidade e dos seus habitantes. Nesse sentido, observar como alguns casos de crimes femininos foram articulados em meios jurídicos, e também na imprensa, nos permite a compreensão dos comportamentos que não condiziam com o padrão desejado, bem como dos hábitos ideais para as mulheres da transição dos séculos XIX e XX na capital piauiense.

Isto posto, cabe, primeiramente, apresentarmos algumas transformações urbano-culturais que “afetaram” os teresinenses e as conseqüentes alterações que papéis de homens e mulheres sofreram nesse período, para então observarmos como mulheres pobres que cometeram crimes foram envolvidas por modelos sociais que ao tempo que as colocavam como o anti-modelo de comportamento, evidenciavam o controle policial a práticas desordeiras da cidade.

Teresina nos moldes da civilização

Como apresentou Higino Cunha³ em 1918, na revista *Chapada do Corisco*, Teresina, “pobre e modesta camponesa, afastada dos grandes centros da cultura nacional, despida dos atavios das pompas deslumbrantes, vai, no entanto, perlustrando a via do progresso, com passos lentos e insensíveis, mas seguros e confiantes”.⁴ Com efeito, o intelectual que participou ativamente nas letras da cidade no final do século XIX e início do século XX, prescrevia em que estado a capital piauiense se encontrava no movimento maior de avanço social que tomava conta do país. Teresina, segundo ele, embora modestamente, buscava alinhar-se aos caminhos da modernização⁵ que abrangia o Brasil. Esta dizia respeito às realidades dos países mais ricos e modernizados da Europa, como era o caso da França, onde os grupos dirigentes previam espaços físicos mais salubres e que propiciassem comodidades a seus habitantes, sendo suas condutas sustentadas na boa educação e comportamento nos ambientes privados e, principalmente, nos públicos.

³ Higino Cícero da Cunha. Nasceu em 11 de janeiro de 1858 em São José das Cajazeiras hoje Timon (MA) e faleceu em Teresina em 16 de novembro de 1943. Bacharel em Direito pela faculdade do Recife em 1885. Trabalhou em vários cargos públicos, foi professor do Liceu Piauiense, da Escola Normal e da Faculdade de Direito do Piauí. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras.

⁴ NOVO SURTO. *Chapada do Corisco*, Teresina, ano 1, n. 1, 11 de maio de 1918, p. 2.

⁵ O termo modernização é utilizado aqui conforme as reflexões presentes em *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*, de Marshall Berman. O termo é colocado pelo autor para designar os processos sociais do século XX que sustentaram as transformações políticas, econômicas e culturais iniciadas no século XIX e que as mantém em um estado de um contínuo “vir a ser”.

Em Teresina, os anseios e expectativas no futuro estavam presentes desde a década de 1880. Entretanto, a efetivação de melhorias estruturais passou alguns anos para sair de vez do papel. Segundo a historiadora Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz na sua produção *Os literatos e a república*⁶, até, pelo menos, 1910, “Teresina não dispunha de qualquer equipamento urbano que a definisse como uma cidade moderna”.⁷ O estudo da autora traz importantes reflexões sobre as características estruturais da cidade no início da república e as medidas políticas e privadas que buscavam contornar os seus “atrasos”. De acordo com ela, serviços como calçamento, água tratada e canalizada, transporte público, luz elétrica, esgoto e telefonia, etc., não faziam parte intensiva do cotidiano dos teresinenses, ao menos de maneira satisfatória. Foram após tentativas particulares e públicas de implantação total ou de alguns desses aspectos, nessa primeira década, que relativos melhoramentos na capital foram concretizados.

No ano de 1906 projetos de abastecimento de água e serviço telefônico agraciaram a sociedade teresinense, e em 1914 a luz elétrica alegrava a críticos que assim como o restante da população percebiam a necessidade de iluminação adequada à capital.⁸ Quanto à iluminação elétrica, constatou-se que após algumas tentativas privadas de implantação desse sistema não obterem êxito, o serviço foi realizado com certa eficácia por investimentos públicos em 1914; ano em que as luzes da capital alterariam decisivamente os lugares de convivência social dos habitantes.⁹ Na verdade, a introdução desses benefícios no cotidiano da população correspondia na real possibilidade de se colocar em prática novos valores culturais de comportamento. Com a concretização de projetos de modernização do espaço físico e estrutural de Teresina, homens e mulheres agiriam conforme os padrões nacionais e europeus do período. Diante desse caminho, o jornal *Piauí*, em 1906 apresentava que:

Apesar da dificuldade em que lutamos, oriundas da falta de meios rápidos de comunicação, vamos, entretanto, passando por uma fase de grandes melhoramentos materiais. [...] Teresina, cidade nova, pois apenas consta 54 anos de sua fundação, já apresenta, entretanto, um aspecto agradável ao visitante.¹⁰

⁶ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2. ed. Teresina/João Pessoa: EDUFPI/EDUFPB, 1998a.

⁷ _____. *Os literatos e a República*, p. 26-27.

⁸ QUEIROZ, *Os literatos e a República*, p. 29.

⁹ _____. *Os literatos e a República*, p. 29.

¹⁰ MELHORAMENTOS. *Piauí*, Teresina, ano 16, n. 870, 29 de set. 1906, p. 165.

Segundo o redator, embora com dificuldades de conexão a medidas de desenvolvimento urbano que existiam em outras cidades do país, a capital piauiense com pouco mais de meio século, já proporcionava aspectos físicos que agradavam os visitantes. A renovação urbana possibilitava o reconhecimento do não atraso de Teresina, que se ligaria às novas propostas de urbanização e a sua sociedade estaria inserida nas redefinições dos padrões de civilidade. A necessidade de mais reformas que a capital piauiense deveria passar no início do século XX, não deixava, por outro lado, de ser questionada por cronistas e jornalistas críticos e almejantes das medidas de modernização da urbes. No mesmo ano, 1906, com cerca de vinte e cinco mil habitantes em Teresina, o jornal *A Pátria*, dizia que “muitos melhoramentos reclamava ainda e com urgência”.¹¹

A partir dessa primeira década foi realizada a criação de novas ruas, reorganização do mercado público, arborização de várias regiões da cidade, como foi o caso de alguns cemitérios, os benefícios do serviço de água encanada, a construção de novos ambientes urbanos que melhorassem as sociabilidades entre os passantes, como jardins e praças, etc.¹² Além desses anseios havia ainda aqueles que se referiam as condições de higiene e salubridade que envolviam o cotidiano da população.¹³ A criação do Posto Sanitário na capital, em 1920, pela Lei nº 983,¹⁴ por exemplo, representou algumas tentativas de combater o aparecimento de endemias e verminoses. Assim, práticas como a criação de animais no centro da cidade, ausência de coleta de lixo urbano, casas de palha em lugares úmidos correspondiam a costumes que deveriam ser extintos dos hábitos da sociedade.

Além de apresentarem aspectos de sujeira e atraso, esses elementos resultavam no aparecimento de doenças endêmicas, como pestes e febres, que causavam a morte de inúmeras pessoas. As transformações materiais que a abrangiam também eram vividas no âmbito cultural, e até com mais intensidade. Sobre esse aspecto, Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz no estudo já mencionado, e Pedro Vilarinho Castelo Branco em *Mulheres Plurais*, A

¹¹ RAMPAS. *A Pátria*, Teresina, ano 1, n. 16, 15 de fev. 1903, p. 493.

¹² MELHORAMENTOS. *Piauí*, p. 165.

¹³ QUEIROZ. *Os literatos e a República*, p. 29.

¹⁴ APEPI, Poder Executivo. Leis e decretos do Estado do Piauí de 1920, Lei nº 983. In: Leis, decretos e resoluções dos anos 1915-1924. Caixa 08.

condição feminina na Primeira República,¹⁵ apresentam com rigor a instauração e/ou reformas de locais que propiciaram sociabilidades novas aos teresinenses do período. Estas se referiam à inserção do cinematógrafo, da valorização das apresentações teatrais que ocorriam com certa frequência desde a criação do Teatro 04 de setembro em 1889, e da construção de locais para passeios públicos. As primeiras apresentações cinematográficas iniciaram aproximadamente no ano de 1901, em que um senhor conhecido por Naumam chegou a cidade com um cinematógrafo¹⁶.

No início da década de 1920 a capital já possuía três cinemas diários: o América, o Éden Cinema e o Teatro- Cinema Pálace.¹⁷ As primeiras casas de espetáculo, por sua vez, datavam da segunda metade do séc. XIX, pois já em 1858 havia o Teatro de Santa Teresa de propriedade do Presidente da província José de Oliveira Junqueira. Durante a década de 1880 além de algumas casas particulares, funcionaram também o Teatro 24 de Janeiro e o Teatro Concórdia.¹⁸ Com a concretização desses mecanismos de encontro e lazer, valores mais tradicionais de convívio social, remanescentes do período imperial, urgiam por alterações, pois não condiziam mais com a demanda cultural admitida para o período. Uma cidade em que os lazeres correspondiam a festas religiosas e bailes particulares, sendo os encontros sociais resumidos a círculos familiares, não estava mais dentro da vida cultural das grandes capitais do país.

Isto porque os costumes que se ligavam ao mundo tradicional e rural não sustentavam mais os novos padrões de comportamento social vinculado à racionalidade burguesa.¹⁹ Portanto, a criação desses espaços públicos em Teresina simbolizava a introdução de novos hábitos e costumes na sociedade. Sendo assim, os passos da modernização do espaço urbano, mesmo que realizadas em um movimento mais lento do que o vivido em outras grandes cidades brasileiras necessita ser entendido como uma das bases do processo de

¹⁵ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais: a condição feminina na Primeira República*. Teresina: Edições Bagaço, 2005.

¹⁶ CASTELO BRANCO. *Mulheres Plurais*, p. 58.

¹⁷ _____. *Mulheres Plurais*, p. 59.

¹⁸ QUEIROZ. *Os literatos e a República*, p. 34.

¹⁹ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Masculinidades plurais: a construção das identidades de gênero em obras literárias. *História Unisinos*, v. 9, n. 2, p. 85-95, mai./ago., 2005b.

disciplinarização²⁰ dos ambientes sociais da cidade, e por consequência dos seus habitantes. Às ideias de modernização estavam articuladas transformações da cidade, e ao fato de que as condições de vida da população estavam se modificando.

Desse modo, ao incentivar e construir locais para as sociabilidades e o desenvolvimento de modificações urbanas, intelectuais da imprensa e dirigentes políticos preocupavam-se em consolidar novos hábitos aos teresinenses. Na verdade, esses novos costumes estavam inseridos na transformação de uma Teresina tradicional, ligada a características sociais do meio rural, em uma cidade urbana de modos burgueses. Das vozes dos chefes políticos, por exemplo, emergiam vontades cada vez mais intensas de avanço. Em 1910 Antonino Freire da Silva, governador do estado no período, alertava que:

[...] o Piauí de hoje não é mais, absolutamente a atrasada e empobrecida província de 1889 [...]. Resta agora que, por um esforço harmônico, convirjamos as nossas forças para a aceleração da marcha do nosso Estado, em busca das laboriosas conquistas do progresso e da civilização.²¹

Se para o Piauí era proposta a aceleração da marcha a sua principal cidade, Teresina seria a região modelo onde esses elementos de avanço se instaurariam. Nela, o próprio título de capital adquirido em 1852 envolvera-se pelo signo da modernidade, posto que a transferência de sede política do governo de Oeiras para Teresina significou anseios de políticos que objetivavam colocar o estado na órbita das principais interações econômicas e sociais da região e sair de outros domínios, como era o caso da dependência ao estado do Maranhão.²² A implantação de inovações urbanas ditas modernas simbolizava assim, que a capital seguia os moldes das outras grandes cidades do Brasil.

Além disso, no regime republicano o modelo de família tradicional partira gradualmente, e as normas definidoras dos papéis masculinos e femininos na sociedade alteravam-se intensamente. Assim o foi porque a manifestação da família burguesa²³ que

²⁰ A ideia de disciplinarização tem fundamento nos estudos de Michel Foucault em *Vigiar e punir*. Com base neles, infere-se que ela corresponde ao mecanismo de disciplinar as operações do corpo impondo-lhes uma relação de “docilidade-utilidade”.

²¹ PIAUÍ, Governador. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Antônio Freire da Silva. Teresina: Tipografia do Piauí, 1910.

²² QUEIROZ. *Os literatos e a República*, p. 21-22.

²³ A ideia de família burguesa tem sustentação nas discussões feitas por Philippe Aries em *História Social da Criança e da Família*. Nesse estudo a família dos séculos XIX e XX é entendida com uma afeição entre os cônjuges e entre pais e filhos diferente, algo que não ocorria antes do período moderno. Havia para cada gênero e idade de vida um espaço reservado e uma função social singular.

emergira desde o final do séc. XIX modulava esses papéis para costumes e valores civilizados que demarcavam a distância do contexto tradicional de hábitos ditos atrasados, ligados ao patriarcalismo. As novas diretrizes de modernização repercutiam nas maneiras de se pensar as funções sociais dos habitantes. Para esses ambientes urbanos, como locais de sociabilização, calçamentos e criação de ruas, havia a necessidade da invenção de homens e mulheres. Desenvolvia-se assim o que Norbert Elias considerou como *processo civilizador* dos costumes na discussão feita em *Processo civilizador, Uma história dos costumes*²⁴.

Ao analisar alterações, a longo prazo, no controle de emoções de grupos nobres e posteriormente na burguesia de sociedades européias, especialmente na Alemanha e na França, o mencionado pesquisador social concluiu que houve determinadas “mudanças na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica”.²⁵ O que ocorreu foram indicações de alterações nas boas maneiras de indivíduos rumo a uma consolidação e diferenciação dos controles emocionais. Assim, as questões referentes ao comportamento exigiam nova importância dentro do cerco social europeu do período medieval para o moderno. Para o autor, tratados europeus de boas maneiras que reuniam poemas ligados a uma tradição oral (poemas chamados de mnemônicos que tinham a finalidade de ensinar boas maneiras à mesa)²⁶ ou sobre trabalhos de outros assuntos, simbolizavam além de modificações nas formas de se portar em coletivo, um aumento na coação exercida de uma pessoa sobre outra. De acordo com Norbert Elias:

Forçadas a viver de uma nova maneira em sociedade, as pessoas tornam-se mais sensíveis às pressões das outras. Não bruscamente, mas bem devagar, o código de comportamento torna-se mais rigoroso e aumenta o grau de consideração esperado dos demais. O senso do que fazer e não fazer para não ofender ou chocar os outros torna-se mais sutil e, em conjunto com as novas relações de poder, o imperativo social de não ofender os semelhantes torna-se mais estrito, em comparação com a fase precedente.²⁷

Com a diferenciação de modos comportamentais tecidos dentro de grupos cortesãos europeus, o mencionado autor detectou um processo de “individualização das emoções”²⁸

²⁴ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 1994, v. I.

²⁵ _____. *O processo civilizador*, p. 216.

²⁶ _____. *O processo civilizador*, p. 75.

²⁷ _____. *O processo civilizador*, p. 91.

²⁸ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*, p. 82.

que acabava provocando uma vigilância mútua e o conseqüente controle interno e externo dos indivíduos uns para com os outros. Tornar-se civilizado significava ter boas maneiras diante do outro, não ser agressivo ou rude com o próximo e principalmente, policiar o próprio comportamento e o dos que estavam a sua volta. Nesse sentido, o contexto de Teresina do final do século XIX e início do XX, com as transformações de hábitos do cotidiano de homens e mulheres, demonstrava que novas formas de existir e de ser civilizado ganhavam espaço, e que, portanto, os que saíam desse caminho configuravam-se como pessoas incivis que necessitavam de correção.

As mudanças de hábito e as novas sociabilidades afetavam intensamente as relações comportamentais dos teresinenses porque além de apresentarem novidades para o “ser” homem e o “ser” mulher, também contribuíam para que a vigilância e controle de más condutas se intensificassem na cidade. É possível perceber em produções de Jônatas Batista²⁹, por exemplo, a valorização de ideais de polidez nos comportamentos de homens e mulheres nas suas funções sociais que também sustentavam a máxima da modernização. Em 1910 apontava em uma de suas crônicas o comportamento “incivilizado” de algumas crianças que, em solenidade prestada a visita de Coelho Neto à cidade, avançavam nos bolos e doces antes mesmo de servirem os convidados. Com semelhante comportamento, Teresina ainda estava longe de ser composta por pessoas civilizadas.³⁰

Na verdade, o pensamento de Jônatas Batista expresso na referida história marca a redefinição dos papéis de cada membro da família. Assim como a criança, o jovem, o pai, e a mãe passaram a ser vistos e percebidos como sujeitos distintos entre si e dignos de atenção, e, por isso, responsáveis pela manutenção da ordem familiar.³¹ Para que uma cidade se tornasse civilizada havia a necessidade de abranger as transformações ditas modernas daquele tempo, mas sem esquecer o ordenamento moral da instituição família, concebida como base de sustentação para o progresso de uma nação civilizada.

O progresso estava articulado a um conjunto de mudanças materiais, mas acima de tudo buscava-se a ordenação da sociedade. O cotidiano dos sujeitos sociais na cidade de Teresina durante o início do século XX

²⁹ Jônatas Batista nasceu em 18 de abril de 1885, em Monsenhor Gil-PI e faleceu em 15 de abril de 1935 em São Paulo. Poeta, teatrólogo, ator e jornalista. Participou ativamente da cultura de Teresina. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras.

³⁰ BATISTA, Jônatas. *Poesia e prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985, p. 117.

³¹ ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

passava diretamente pelo controle dos costumes, pelo menos, das ações que poderiam ser realizadas em público, e de quais comportamentos eram tidos como aceitáveis ou não.³²

Assim, ao passo que modos civilizados eram exaltados, aqueles que não os colocavam em exercício eram criticados e, em alguns casos, banidos da convivência social com os demais. Entretanto, se, por um lado, as reformas urbanas da capital do Piauí eram requeridas e exaltadas como características da chegada do progresso, por outro, parte considerável da população não era incluída nesse projeto de modernidade. Isto porque os benefícios resultantes da instalação de serviços básicos e locais de sociabilidades não foram distribuídos de maneira igualitária nos diferentes setores sociais da cidade.³³ Na verdade, as novidades do mundo moderno e as difíceis circunstâncias sociais que envolviam os mais pobres conviviam, nesse período, no mesmo espaço urbano.

A partir dessas condições, as mazelas da pobreza como doenças, a feiura, a miséria, a mendicância, tornavam-se cada vez mais constantes no centro urbano e civilizado da cidade³⁴ e a relação entre pobreza e criminalidade aparecia como mais um aspecto retratado constantemente nos jornais da época. A imprensa alertava para os “perigos” que os “miseráveis” representavam em notícias de “pequenos” distúrbios a bárbaros homicídios. O mais alarmante, contudo, consistia na expressiva participação feminina na dimensão criminal. Algumas mulheres pobres acabavam subvertendo os códigos de lei demonstrando, por sua vez, mais do que a usurpação das normas. A participação feminina ativa em crimes, além de atitudes “incivis” indicava a maneira que conviviam com o restante da população em locais públicos. Para tanto, é necessário antes que analisemos o modo como alguns desses mais pobres se apropriavam de Teresina.

Aspectos da Pobreza em Teresina

No início do século XX em Teresina, assim como na capital Federal, os anseios por melhoramentos estruturais da cidade caminhavam paralelos a intensa pobreza que flagelava

³² DA COSTA, Francisco Humberto Vaz. *De Relance: a construção da civilidade em Teresina (1900-1930)*. 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-Graduação em História, Teresina, 2009, p. 30.

³³ SILVA, Camila Melo S. da. *Modernização e redefinição de papéis sociais em Teresina (1890-1920)*. In: *Mulheres pobres e práticas criminais em Teresina entre os anos de 1890-1920*. Monografia – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

³⁴ QUEIROZ. *Os literatos e a República*, p. 30.

a sociedade. Os mais pobres correspondiam a ex escravos, homens e mulheres livres e alguns migrantes³⁵ que também compunham a sociedade teresinense do período. Para essas pessoas, as mudanças estruturais e culturais da cidade recebiam outros significados. As circunstâncias econômicas e sociais que os envolviam, na maioria das vezes, não permitiam que participassem dos novos meios de sociabilidades de Teresina. Entretanto, muitas dessas pessoas não deixavam de utilizar os espaços que lhes circunscreviam; atribuindo formas próprias que as diferenciavam mais ainda dos habitantes mais ricos.

Os pobres não elegiam as características de sua existência; a pobreza impunha ou exagerava os problemas que enfrentavam. Mas, em sua maneira própria de lidar com esses problemas, construía um repertório de significados e maneiras de agir que muitas vezes diferia do dos mais ricos.³⁶

Nesse mesmo contexto, as diretrizes de disciplina e civilidade em voga para homens e mulheres demarcavam profundamente seus costumes, pois muitas de suas práticas cotidianas inseriam-se dentro dos comportamentos irregulares e a cada atitude desordeira que realizavam a polícia e/ou a justiça era acionada. Assim, com o processo de modificação dos espaços da cidade, práticas cotidianas aparentemente rotineiras de indivíduos pobres chamavam cada vez mais a atenção de intelectuais da imprensa que propunham novos comportamentos culturais para Teresina. Nesse caso, os pobres, que representavam a maioria da população, distinguíam-se por utilizar a capital a partir das suas características culturais de sobrevivência. Seus hábitos, costumes e lazeres expressavam as circunstâncias cotidianas na qual estavam inseridos. Em atividades como o lazer, por exemplo, aproveitavam para esquecer a difícil trajetória que possuíam.

A diversão estava presente no período das festividades religiosas, na saída do trabalho, nas conversas “casuais” com a vizinhança, e nas festas organizadas em suas próprias casas, que apesar da simplicidade, propiciavam “agradáveis” encontros.³⁷ Por outro lado, esses mesmos indivíduos encontravam-se em moradias de palhas em regiões úmidas e insalubres e empregos ocasionais, autônomos ou subempregos, como os de sapateiros, carregadores de

³⁵ Sobre os migrantes que adentraram no estado do Piauí no final do século XIX, e particularmente na cidade de Teresina, ver os estudos de ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. *O Poder e a seca no Piauí (1877-1879)*. Teresina: FUFPI, 1991 e *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: EDUFPI, 2010.

³⁶ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 77.

³⁷ ARAÚJO. *Cotidiano e pobreza*, p. 66-67.

lenhas e canoeiros, vendedores de cereais e frutas, lavadeiras, operárias, costureiras, doceiras, artesãs, etc. Nesse contexto, as ambiguidades que o progresso acarretava eram ainda mais evidentes. Os pobres correspondiam a famílias de migrantes nordestinos atingidos pela seca de 1877-1879 que se dirigiam a Amazônia e os que moravam nos subúrbios em precárias condições de vida, ou que “perambulavam” pelas ruas e praças da cidade.³⁸ Em 1915, o jornal *Correio de Teresina* chamava a atenção da população, principalmente de governantes políticos, para a situação da pobreza que alastrava a capital.

Teresina, essa interessante capital que pela sua graça e simplicidade foi batizada pelo príncipe dos estilistas brasileiros com o doce nome de “Cidade Verde”, é hoje simplesmente Terra da Fome como o cognominou um dos nossos mais apreciados poetas. Em verdade, é doloroso, horripilante, inacreditável mesmo o estado de calamidade. A nossa cidade iluminada a luz elétrica tem aspecto de um cemitério dia de finados. De dia, então, sob o latejo de um sol terrorista, prenúncio de flagelante seca, as nossas ruas aparecem tristíssimas, desoladas, deixando ver aqui e ali grupos estranhos de figuras exóticas deformadas pela desgraça que mais aparecem bichos ferozes que criaturas humanas.³⁹

O estado de calamidade que era retratado na imprensa perturbava profundamente o cenário urbano de Teresina. A menção constante a presença dos migrantes que chegavam, mas não continuavam seus caminhos, auxiliando no aumento populacional, indicava um acréscimo da situação da pobreza na cidade. Para o mencionado jornal o panorama social da capital agravava-se ao ponto de a chamada “Cidade Verde”, como havia sido batizada por “sua graça e simplicidade”, se tornar a “Terra da Fome”. A calamidade maior de acordo com o redator estava na presença de grupos “estranhos” de subalternos atingidos pela fome que eram vistos nas ruas “tristíssimas e desoladas”.

De acordo com os estudos de Maria Mafalda Baldoíno de Araújo, em *Cotidiano e Pobreza*,⁴⁰ esses pobres se diferenciavam dos grupos ricos e de classe média tanto pela maneira como se agregavam quanto pelos hábitos que caracterizavam seu cotidiano. Nessa produção, a autora retrata aspectos dos costumes, da cultura e de espaços de sociabilidades que os primeiros mantinham diante da efervescente mudança social que abrangia a capital piauiense. De acordo com suas pesquisas os teresinenses pobres do período:

³⁸ _____, *Cotidiano e pobreza*, p. 21.

³⁹ IMPRESSÕES. *Correio de Teresina*, p. 45.

⁴⁰ ARAÚJO. *Cotidiano e pobreza*, p. 21 - 152.

Eram mocinhas humildes, “mulheres do povo”, ébrios, vendedores de frutas, vendedoras de flores, cargueiro d’água, artífices esfarrapados e operários, transportando em animais, lenhas ou pedras.[...] As suas moradias, na maior parte das vezes, “era feita de taipa, cobertas de palhas, com porta de talos de buriti ou carnaúba.”⁴¹

Como se observa, reuniam-se perfis sociais heterogêneos, que possuíam moradias de construção simples e estavam em profissões menos remuneradas economicamente. Esses indivíduos, de acordo ainda com Maria Mafalda Baldoíno Araujo:

Deslocavam-se cotidianamente pelas ruas do Barroão (Av. José dos Santos e Silva, nos dias atuais); Chapada (Rua Tiradentes); Estrada Nova (Rua Rui Barbosa); Glória (Rua Lizandro Nogueira); Praça da Constituição (Praça Marechal Deodoro da Fonseca) e representavam uma paisagem de desordem.⁴²

Não raro, segundo a autora, os governantes e jornalistas expressavam suas insatisfações com a intensificação da pobreza; apresentando os populares como “fatores responsáveis pelas condições miseráveis, como também pela alta incidência de criminalidade em Teresina”.⁴³ Para o poder público os pobres constituíam-se de desordens morais e epidemias que se propagavam nas ruas da cidade. A mesma Maria Mafalda Baldoíno de Araújo relata que:

O sentimento de medo e pavor fazia-se presente nos habitantes dessa cidade. O espanto, a surpresa e a preocupação não passavam despercebidos à elite teresinense. Havia inquietude nessa classe social, em face de nas ruas de Teresina, transitarem as massas de migrantes nordestinos e, com elas, a miséria e suas manifestações.⁴⁴

Aos subalternos estavam associados padrões de moralidade mais flexíveis, por isso a maneira como agiam no seu cotidiano e o inchaço populacional que provocavam sustentarem ideias de que atrasavam a chegada da modernização em Teresina. As raízes desse dilema estavam na inserção de discursos médicos-higienistas que insistiam na limpeza e no saneamento básico dessas pessoas e das suas moradias. A intenção destes era a de evitar a propagação de doenças e de inserir os “corpos” dentro da perspectiva da saúde e da consequente civilidade.⁴⁵ É viável também a amostra de mais algumas notícias de jornais de

⁴¹ _____. *Cotidiano e pobreza*, p. 71.

⁴² _____. *Cotidiano e pobreza*, p. 53.

⁴³ ARAÚJO. *Cotidiano e pobreza*, p. 75.

⁴⁴ _____. *Cotidiano e pobreza*, p. 53.

⁴⁵ COSTA, Jurandir Freire. Da família colonial à família colonizada. In: *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Teresina através ainda do trabalho da referida autora. Para se entender como vivia a população pobre e marginalizada nos primórdios da República, o trecho da crônica de um autor anônimo retirada do jornal *O Incentivo* por Maria Mafalda Baldoíno de Araújo é bastante significativo:

Ignorando o ABC, vagando pelas ruas, assobiando, atirando pedras nos transeuntes, quase nu, descalço, sem carinho, sem abrigo[...] roubando ninho de passarinho, dando recado para ganhar de pão, dormindo ao relento exposto as intempéries das estações no adro das Igrejas, passou J... seus quinze anos! Continuou sua vida errante, sem a menor compreensão de seus deveres perante o universo, perante Deus, sem respeitar as mulheres, as crianças, não distinguindo o bom do mau, chegou a idade em que ou trabalha-se ou morre-se a fome! [...] Repelido por todos os lados... porém manietado pela miséria, sem comer, sem abrigo, tendo por comida as raízes das árvores e por teto a casa dos mortos, estendeu-se a mão ao crime! E essa majestade terrível, prima coirmã da miséria, abraçou-o!⁴⁶

Ficava claro que a vivência dos mais pobres na capital piauiense não era fácil. Enquanto a elite política defendia a necessidade de estruturas modernas e condutas moralmente civilizadas, parte da população ainda vivia sob os males do subemprego, da mendicância e de trabalho temporários. Por isso, além de lidarem com a pobreza e os seus consequentes infortúnios, os subalternos “repelido por todos os lados” se tornavam empecilhos do sonhado progresso. Algumas legislações que regulamentavam o município de Teresina iam de encontro a práticas comuns dos “desclassificados” que não eram mais toleradas dentro do espaço urbano. Um forte exemplo era o Código de Posturas de Teresina de 1912 quando no Art. 58 dizia que “dentro da zona urbana não é permitido ter currais nem chiqueiros para criação de gado de qualquer espécie, sendo também proibido conservar tais animais nos quintais, áreas e pátios”⁴⁷, enquanto “era comum a criação de animais domésticos, como por exemplo, galinhas, patos e porcos, que viviam soltos”,⁴⁸ nas casas dos pobres.

No art. 100 do mesmo Código a divergência era ainda maior. Segundo este, “é proibido, fazer vozerias, alaridos e dar gritos nas ruas e praças, a não ser por motivos de necessidade indeclináveis ou para pedir socorro [...], fazer batuques, com toques de tambor,

⁴⁶ MISÉRIA. *O Incentivo*, Teresina, ano 1, n. 7, mar. de 1893, p. 2. Cf. ARAÚJO. *Cotidiano e pobreza*, p. 83.

⁴⁷ Ver Código de Posturas da cidade de Teresina, 1912; Art. 58 onde há proibições quanto a conservação de animais em áreas urbanas e em quintais e pátios de casas.

⁴⁸ ARAÚJO. *Cotidiano e pobreza*, p. 66

cantorias e danças, ou em qualquer instrumento que perturbe o sossego durante a noite, dentro da zona urbana”.⁴⁹ O que ocorria na prática eram festas em suas casas, apesar da simplicidade delas, onde dançavam pagodes, dobrados e forrós, ao som do tambor, pandeiro, violas e sanfonas⁵⁰, episódios que, com certeza, evidenciavam múltiplas sonoridades. Com esses e outros momentos de encontro, como os ligados aos seus ofícios, muitos desses pobres acabavam ingressando no ambiente policial.

A esse aspecto, possivelmente, estivessem ligados os pedidos de governantes por mais investimentos para cobrir as despesas com o aparelho policial, por conta da maior necessidade de financiamento de “praças” para controlar falta de segurança que atravessava o Estado.⁵¹ Paralelo a isto, encontrava-se também a diminuição de expressões políticas como: “[...] a índole pacífica do povo piauiense que reina em todo o Estado [...]”⁵², quando se referiam a necessidade de mais investimentos para com a segurança pública.

Nesse sentido, a relação pobreza-criminalidade em Teresina, que apareciam como características peculiares de alguns desses indivíduos, também emergia como um ponto alarmante dentro das estratégias, de modernização do espaço urbano. Além de desvios de

⁴⁹ Ver Código de Posturas da cidade de Teresina, 1912; Artigo. 100, parágrafos 1 a 4, onde prever punição com multas de dez mil réis pessoas que fizessem vozerias, alaridos e gritos nas ruas e praças e proferissem nas ruas e lugares públicos palavras obscenas.

⁵⁰ _____. *Cotidiano e pobreza*, p. 63.

⁵¹ Nos relatórios governamentais desse período quando aparecem referências a administração específica da secretaria de polícia do Estado, os respectivos chefes de polícia relatam mais sobre as despesas que tem com o órgão, pessoas que foram recolhidas em todo o Piauí à casa de detenção e seus respectivos motivos, e ainda, a quantidade de praças que se encontram em “termos” como Teresina, Valença, Piripiri, Parnaíba. Nas mensagens do final do século XIX, como por exemplo, as dos anos de 1891 e 1898, aparecem pedidos de mais dinheiro federal para pagar o corpo policial do Piauí. Nelas os dirigentes apresentam a falta de segurança que assombra algumas regiões do estado. Essas mensagens, porém, se referem a todo o Piauí, não há menções a casos específicos, mesmo quando tratam da capital, Teresina. Mas pelo que apresentam alguns dirigentes políticos, ao corpo policial cabia a guarnição da capital e apenas a intervenção nos demais municípios “em casos extraordinários”. Assim, é permissível inferir que a necessidade de mais investimento em praças podia relacionar-se a realidade criminal da própria cidade de Teresina como também a de outros municípios que tinham que enviar-lhes seus criminosos para cumprirem suas penas devido a falta de “forças municipais”. Por exemplo: Piauí. Governador, 1891. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Gabriel Luiz Ferreira. Teresina: Tipografia do Piauí, 1891, p.7; Piauí. Governador, 1898. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Raymundo Arthur Vasconcelos. Teresina: Tipografia do Piauí, 1898, p. 5-6.

⁵² Mesmo que alguns dirigentes notifiquem a necessidade mais investimento no corpo policial do estado do Piauí em mensagens governamentais do final do séc. XIX, no ano de 1901, Arlindo Francisco Nogueira, então governador, coloca que precisou reduzir o corpo de segurança, mas com a “índole pacífica do povo piauiense” o governo poderia efetuar essas reduções. Sobre essa passagem ver: Piauí. Governador, 1901. Mensagem apresentada à Câmara Legislativa Estadual pelo Governador Dr. Arlindo Francisco Nogueira. Teresina: Tipografia do Piauí, 1901, p. 17.

condutas comportamentais no dia a dia, havia uma intensa participação desses indivíduos em delitos mais graves. Clodoaldo Freitas⁵³, em artigo sobre Teresina exposto também no trabalho de Maria Mafalda Baldoíno Araújo, alertava que esses indivíduos necessitados de apoio “são geralmente os que depois se lançam desenfreados na carreira do crime e se tornam o flagelo da sociedade”.⁵⁴ A relação feita pelo intelectual constatava-se tanto pelas “alterações” à conduta civilizada proposta para os habitantes, quanto pela atuação em casos criminais desses mais carentes de recursos, que eram impossibilitados de resolverem o problema da sobrevivência, pois à época não havia empregos suficientes para todos.

As rotinas que caracterizavam os pobres imprimiam irregularidades⁵⁵ que necessitavam ser mudadas, pois com as propostas de moralização iniciadas no século XIX e intensificadas no séc. XX as práticas desses indivíduos eram cada vez mais rejeitadas. A ocorrência de pequenos furtos ou roubos para satisfazer suas penúrias mais básicas, ou mesmo por motivos de brigas e alvoroços corriqueiros quando deixavam o trabalho e se dirigiam aos lazeres noturnos, como pagodes e outras “festanças”, levava-os, então, constantemente a passagem na polícia. Para esses casos as fontes policiais da cidade são fundamentais, pois propiciam verdadeiros panoramas sociais dos principais tipos de “ofensores” que agiam nessas situações. No Arquivo Público do Estado do Piauí podem-se encontrar livros de registros policiais da época que ora apresentam arquivos policiais organizados pelo próprio órgão, como o Livro de Indicações dos Detidos⁵⁶ de 1900 a 1926, o de Registro de Inquéritos dos anos de 1919 a 1927⁵⁷, ora códices que reúnem alguns

⁵³ Clodoaldo Severo Conrado Freitas. Nasceu a 07 de setembro de 1855, na cidade de Oeiras e faleceu a 29 de junho de 1924 em Teresina. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade do Recife em 1880. Em sua produção literária e historiográfica constam obras sobre a história de Teresina, obras de ficção e crônicas sobre diversos assuntos. Foi um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras.

⁵⁴ FREITAS, Clodoaldo. História de Teresina. *Diário do Piauí*, Teresina, n.88, 16 jun. 1911, p. 1. Cf. ARAÚJO. *Cotidiano e pobreza*, p. 83.

⁵⁵ As práticas irregulares aqui analisadas se referem às contidas no Art. 208º § 12 do Regulamento da Secretaria de polícia do Estado do Piauí do ano de 1920, disponível no Arquivo Público do Piauí –APEPI- Sessão do Poder Executivo, Assunto: Leis, decretos e resoluções dos anos 1915-1924, Caixa 08. Nesse inciso aparecem algumas práticas que levam as pessoas a cadeia. Alguns exemplos são os casos de pessoas que forem encontradas em lugares públicos na prática de jogos proibidos; os que ao perturbarem o sossego público com alterações, rixas, vozerias ou gritos, não atenderem a admoestações que lhe forem feitas; os vadios turbulentos, ébrios e prostitutas que ofenderem o decoro ou perturbarem o sossego público.

⁵⁶ APEPI, Poder Executivo. Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01.

⁵⁷ APEPI, Poder Executivo. Registro de Inquéritos 1919-1927. SPE, Cod. 997, Est.09, prat. 01.

documentos avulsos sobre o cotidiano das delegacias e do aparelho policial.⁵⁸ Para 8.191 autuações que foram encontradas no livro de Indicações dos Detidos de Teresina entre os anos 1900 a 1926⁵⁹, por exemplo, quando por volta do ano de 1907 a seção “profissão” passou a ser preenchida, destacavam-se os cargos de pedreiros, lavradores, magarefes (açougueiros), nos casos masculinos e lavadeiras, cozinheiras, engomadeiras, etc., às mulheres.

Salvo algumas ocorrências de “artistas”, “negociantes” e alguns militares, esses ofícios consistiam em atividades menos remuneradas e que, possivelmente, não respondiam as suas reais necessidades econômicas. Muitos desses indivíduos não sabiam ler nem escrever e eram detidos por crimes de contravenção, que de acordo com Art. 8º do Código Penal do Brasil de 1890, correspondia ao “fato voluntário punível que consiste unicamente na violação, ou na falta de observância das disposições preventivas das leis e dos regulamentos”.⁶⁰ Nos crimes mais leves apareciam distúrbios, embriaguez, gatunagens e pequenos furtos, sendo os dois primeiros os mais recorrentes nos relatórios de criminalidade da cidade. Sobre esse aspecto é possível perceber como hábitos comuns dos pobres logo os direcionava à cadeia pública. A rotina de se reunirem após o expediente do trabalho em quitandas e bares, ou ainda, em pagodes, forrós e outras festividades, provocavam desordens como o falatório “grosseiro” e “sujo”, expresso em altas vozes.⁶¹

Nesses encontros “casuais”, ou organizados, nas ruas de Teresina, que simbolizavam momentos de lazer e de “sossego” momentâneos em meio à difícil condição social que se encontravam, distúrbios como brigas e ferimentos de festeiros, ao que tudo indica, eram bastante recorrentes. Os ânimos aflorados e as conseqüentes alterações travadas entre convidados em reuniões de distração apareciam em muitas fontes da imprensa, as policiais e

⁵⁸ APEPI, Poder Executivo. Petições do chefe de polícia 1881-1890. SPE, Cod. 972, Est. 08, prat. 03.

⁵⁹ APEPI, Poder Executivo. Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01. Obs.: No referido livro o número de autuações vai até 9092, mas como há um salto nos registros de 6.099 para 7000, será considerado apenas o número 8.191 casos.

⁶⁰ FEDERAL, Senado. Art. 48 do decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. Promulga o código penal. Captado em <http://pt.scribd.com/doc/55636995/Codigo-Penal-de-1890-Completo> Acesso em: 13 dez. 2014.

⁶¹ GRAHAM. *Proteção e obediência*, p. 78.

judiciais do período.⁶² O fato relatado pelo jornal *Correio de Teresina* em 1915 ilustra bem essa configuração:

Na noite de sábado para domingo num animado forró que realizava para bandas da rua da Estrela, houve o diabo a quatorze, um grande rolo do qual resultou o ferimento de Isabel Dias, uma mocinha que não tinha nada com o caso. Quanto mais animada estava a festa deu-se uma forte alteração entre Sr. Manoel Iglesias e o operário Arlindo. O primeiro sacando de um revolver, em plena sala cheia de convidados, desfechou dois tiros contra o segundo, indo um dos projéteis atingir Isabel, abaixo da clavícula esquerda.⁶³

Assim como foi o caso de Isabel Dias que acabou sendo vítima de uma “forte alteração entre Manuel Iglesias e o operário Arlindo”, as queixas por brigas, embriaguez, homicídios ou mesmo outras formas de atentados contra a vida, resultantes do contato entre pessoas pobres, eram bastante frequentes nos jornais de Teresina do início do século XX. Neles o espaço da *rua* destacava-se como o principal meio onde se desenvolvia esses conflitos. O panorama da desordem e das más tendências dessas pessoas dentro do âmbito público convergia, então, para as reflexões que Sandra Lauderdale Graham⁶⁴ propunha às relações externas ao lar. As dimensões privado e público que atravessavam as interações de criadas (livres ou escravas) e seus patrões no Rio de Janeiro, também eram sentidas com muita intensidade pelos que viviam na pobreza em Teresina no início do século XX. O mundo da *rua* se constituía para esses segmentos, local privilegiado para o desenvolvimento de suas práticas.

Esse meio, entretanto, era constantemente vigiado pela polícia na sua missão de evitar que essas pessoas se manifestassem de maneira perigosa ou nociva aos novos hábitos que se forjavam. Ao aparelho policial cabia prender e conduzir a delegacia pessoas que cometessem crimes, que perturbassem o sossego público com alterações, rixas, vozerias ou gritos, que

⁶² APEPI, Poder Judiciário. 1864-1865; 1896-1898; 1890-1936. Caixa 0079; 0075; 0066. Nessas caixas encontram-se além de processos judiciais de débitos de pessoas para com a Fazenda Pública delitos de pessoas “subalternas” que se desentenderam ou causaram algum tipo de desordem em Teresina em costumes básicos do cotidiano.

⁶³ TIROS e cacetadas: o que se passou num forró. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 3, n. 118, 17 de mai. 1915, p. 50.

⁶⁴ Sandra Lauderdale Graham utiliza os conceitos de rua e lar da produção de Roberto DaMatta, em *O que faz o Brasil, Brasil?* (Rio de Janeiro: Rocco, 1984). Quando se refere as relações ambíguas de senhores e escravas e/ou mulheres livres, que trabalhavam nas suas casas. Os conceitos são utilizados neste trabalho através das reflexões da autora, que reúne as análises de Roberto DaMatta ao contexto social das mulheres pobres e seu trabalho na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1860-1910. GRAHAM. *Proteção e obediência*, p. 26.

transitassem pelas ruas vestidas de modo ofensivo a moral e em outras situações de desvio de conduta.⁶⁵ De acordo com jornais da cidade e com as próprias fontes policiais da Secretaria de Polícia do Estado do Piauí do período, os pobres eram os que mais se enquadravam nessas práticas e, por isso, acabavam sendo os mais apreendidos pela polícia. Os autos da Secretaria de Polícia do Estado dos anos de 1890, por exemplo, apresentam o mecanismo policial de guardas notificando o aprisionamento de “baderneiros” que perturbavam a ordem pública por distúrbios.⁶⁶ E através da leitura do Livro de Indicações dos Detidos de 1900 a 1926⁶⁷ e o dos Registros de Inquéritos de 1919 a 1927⁶⁸ é possível entender um pouco dos tipos de crimes mais comuns e, como já foi exposto, as funções sociais que os criminosos possuíam.

Além disso, esses arquivos proporcionam algumas considerações acerca do caminho do aparelho policial na cidade de Teresina. Se ressaltados ambos os referidos livros, observa-se que no primeiro caso, onde são registradas pessoas que por algum motivo fugiam da ordem estabelecida sem que necessitassem responder a processo, entre os anos de 1900 a 1926, ocorrem 8.191 autuações por contravenções, enquanto são abertos apenas 88 inquéritos policiais no período de 1919 a 1927⁶⁹. É importante ressaltar que o recorte temporal que tem o Livro de Registro de Inquéritos não abrange os dados contidos no de Indicações dos Detidos. Entretanto, com o primeiro é possível a leitura dos anos que compreendem o segundo e mesmo assim também há uma desproporcionalidade do número de prisões para a quantidade de processos que delas são gerados, pois nos anos de 1919 até 1926 são registrados 3.984⁷⁰ casos de prisões.

A distância dos números apresentados é tão significativa que permite pensar o intenso manejo policial que ocorria para com os populares. De certo, apenas com a leitura dessas fontes policiais não há como dimensionar e classificar seguramente as ocorrências

⁶⁵ APEPI, Poder Executivo. Leis, decretos e resoluções dos anos 1915-1924, Leis de 1920, Caixa 08.

⁶⁶ Alguns documentos avulsos da Secretaria de polícia do estado do Piauí apresentam algumas notificações de prisões e de soltura de pessoas com distúrbios e/ou embriaguez. APEPI, Poder Executivo. Documentos Avulsos da Secretaria de Polícia, 1891-1895. Esses documentos, até a finalização do trabalho (Agosto de 2014), estavam sendo reorganizados na sala do Poder Executivo do Arquivo Público do Piauí. Até esse momento eles eram localizados em caixas com assunto de Secretaria de Polícia.

⁶⁷ APEPI, Poder Executivo. Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01.

⁶⁸ APEPI, Poder Executivo. Registro de Inquéritos 1919-1927. SPE, Cod. 997, Est.09, prat. 01, p. 01.

⁶⁹ APEPI, Poder Executivo. Registro de Inquéritos 1919-1927. SPE, Cod. 997, Est.09, prat. 01, p. 01.

⁷⁰ APEPI, Poder Executivo. Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01, p. 99-147.

criminais de Teresina. Muito menos considerá-las como fontes únicas para explicitar as ações policiais do período. Porém, os dados que esses livros possuem sobre crimes da cidade possibilitam mesmo a formação de verdadeiros quadros sociais, pois apresentam registros policiais que permitem a observação de dados pessoais dos acusados como: o nome, as atividades profissionais, o estado civil, o grau de instrução e os motivos que os levaram as delegacias da capital. Dessa forma, esses arquivos policiais auxiliam na pesquisa principalmente porque “as suas estatísticas refletem bem ou mal uma prática repressiva que tem relação complexa com a criminalidade real”.⁷¹

Com esses dados é plausível concluir que a partir das diretrizes sociais que a polícia possuía⁷² entre os anos de 1890 a 1920 em Teresina, muitas prisões, ou mesmo reclusões temporárias de pessoas que contrariavam a normas de convivência e vivência padrão, foram realizadas com o real intuito de controlar sujeitos que não se enquadravam nas normas de civilidade emergentes. Estas reflexões convergem para o que Boris Fausto coloca em *Crime e Cotidiano*⁷³ sobre a relação da quantidade de registros policiais de inquéritos e o de processos abertos em um mesmo recorte de tempo:

A enorme defasagem entre o número de pessoas presas e processadas, em alguns anos onde a comparação é possível, revela claramente a significação das prisões como instrumento de controle social, mesmo tendo-se presente que muitas detenções decorrem efetivamente de delitos que deixam de ser objeto de inquérito pela pouca importância, ineficiência ou corrupção do aparelho social, acordos, etc.⁷⁴

Como se observa, a diferença entre o número de pessoas autuadas pela polícia e os que resultavam em aberturas de processos sinalizava principalmente o controle a práticas desordeiras de pobres que aconteciam na cidade, pois pelos perfis sociais dos autuados, os indivíduos mais apreendidos estavam associados à parcela necessitada economicamente da população teresinense. O referido historiador, ao retratar a criminalidade na cidade de São Paulo entre os anos de 1880 e 1924, período em que há a intensa imigração italiana, apresenta

⁷¹ FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 20.

⁷² APEPI, Poder Executivo. Leis, decretos e resoluções dos anos 1915-1924. Caixa 08. Na referida caixa encontram-se algumas leis da Secretaria de polícia do Estado que regulamentavam a Força pública do mesmo. O maior exemplo é o regulamento do ano de 1920 que apresenta as funções que cada integrante detinha dentro do órgão e da sociedade.

⁷³ FAUSTO. *Crime e Cotidiano*, p. 31.

⁷⁴ _____. *Crime e Cotidiano*, p. 31.

ainda alguns conceitos importantes para o estudo desse aspecto em Teresina. Estes se referem ao *crime* e a *criminalidade*. Segundo o autor, “as duas expressões tem sentido específico, onde criminalidade se refere ao fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes e crime diz respeito ao fenômeno na sua singularidade [...]”.⁷⁵ Entende-se assim, que a *criminalidade* é o aspecto social do *crime* dentro de uma sociedade. É a reunião da relação individual, o fato criminal em si, e da relação social, composta por padrões de comportamento, de representações e valores sociais.

Desse modo, a dimensão *criminalidade* possibilita a apreensão de características sociais que transcendem o desvio da norma penal. Para Teresina, nos anos de 1890 a 1920, o fato de grande parte dos arquivos policiais apresentarem características de pessoas pobres indica que a *criminalidade* da cidade relacionava-se diretamente as suas condutas. Diante de arquivos policiais e casos de crime que apareceram em jornais de Teresina, a *criminalidade* expressava-se partir do choque existente entre forma de viver e conviver em sociedade de alguns pobres e o ideal de comportamento moral tecido para os habitantes da época. Essas fontes indicam assim, que “certas condutas passíveis abstratamente de sanção só se tornavam puníveis quando se referiam aos pobres”.⁷⁶ Nesse contexto, às mulheres pobres recaíam maiores repressões. Isto ocorria tanto pela forma como agiam nas *ruas* quanto à inserção mesma no *crime*. Esta será a discussão desenvolvida no próximo tópico.

Mulheres pobres e a criminalidade

As tensões que decorriam no início do século XX das medidas de modernização diante do nível de pobreza em Teresina levavam muitos habitantes pobres a improvisarem seus ritos de sobrevivência. A essas populares, a vida cotidiana guardava mais do que os cuidados com a casa, o esposo e os filhos. A elas estavam relacionadas, por vezes, o peso do mundo do trabalho assalariado que era “formulado” para substituir o trabalho escravo⁷⁷, as moradias insalubres que caracterizavam suas habitações e, principalmente, o não seguimento das regras e deveres morais que sustentavam os desejos de avanço. Muitas saíam de casa para

⁷⁵ _____, *Crime e Cotidiano*, p. 09.

⁷⁶ _____, *Crime e Cotidiano*, p. 18.

⁷⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

trabalhar com a finalidade de auxiliar nas despesas das casas, ou ainda, por serem as próprias chefes da família. Para suprir suas necessidades, circulavam no ambiente público em ofícios de lavadeiras, cozinheiras, domésticas, e ainda, se envolviam em relações amorosas que se desviavam do caminho do casamento e da formação da família.

As subalternas tinham de associar, assim, a rotina do trabalho de casa com o externo. Sobre essas e outras circunstâncias sociais que implicavam nas mulheres da transição do século XIX para o XX, as considerações de Rachel Soihet em *Condição feminina e formas de violência*⁷⁸ são bastante significativas. Para a autora, às mulheres dos segmentos populares do Rio de Janeiro dos anos de 1890 a 1920 recaíam os males do sexo e de classe social. Assim, as formas de violência que sofriam como “o desconhecimento do corpo, a ignorância sobre sua sexualidade, a exigência da virgindade como símbolo de honra eram algumas das mazelas que as faziam mergulhar no desespero, no crime, na loucura, na prostituição”.⁷⁹ Da mesma maneira, se para a figura feminina do referido período em Teresina recaíam intensas pressões sobre a função social que deveriam desempenhar para as pertencentes aos segmentos mais pobres as forças eram ainda maiores. Além disso, como sugere Martha de Abreu Esteves, a maneira que algumas agiam no meio social significava verdadeiras formas de resistência ao padrão de mulher ideal.

[...] a centralização de esforços civilizadores sobre a mulher não possuía diferenças qualitativas de conteúdo entre a mulher pobre ou rica. As duas deveriam ficar atentas aos mesmos perigos. Entretanto, não possuía o mesmo sentido, nem teve a mesma aceitação ou, melhor dizendo, resistência (a mulher pobre não se amoldaria facilmente às novas exigências).⁸⁰

As populares pareciam não ter a “mesma aceitação” dos códigos femininos de boa conduta, e a continuidade de práticas irregulares indicava resistência às normas de civilidade e moralidade em voga; o que aumentava o controle policial sobre suas vivências. Essas medidas estavam dentro da necessidade das classes dominantes de ajustar os subalternos à nova ordem burguesa. Em Teresina, por exemplo, as formas de regulamentação, ou mesmo de coerção de atividades e atitudes de mulheres pobres no meio público, apareciam em

⁷⁸ Cf. SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*.

⁷⁹ _____, *Condição feminina e formas de violência*, p. 9-10.

⁸⁰ ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Epoque*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989, p. 75.

jornais que autenticavam a moralização dos costumes citadinos. Em 1918, o *Jornal de Notícias* chamava a atenção da polícia para a conduta “barulhenta” de mulheres da Rua Barroso, que não permitiam a vizinhança dormir. Alertava ainda que esse fosse o caso da polícia recomendar que deixassem de ser “menos alegres” e respeitassem mais o sossego público.⁸¹

Como retratava o periódico, a forma que algumas subalternas ocupavam o ambiente público expressavam costumes que deveriam ser “banidos” do espaço urbano de Teresina. Nesse grupo encontravam-se mulheres doceiras, costureiras e artesãs que trabalhavam em suas casas, ou mesmo as lavadeiras de roupa, e que conseguiam conciliar o trabalho doméstico com as conversas com as vizinhas e o cantarolar.⁸² Dessa forma, práticas cotidianas de “abusos” estavam relacionadas também as profissões que muitas exerciam, pois como sugere Raquel Soihet “tais atividades refletiam suas maneiras de pensar e viver, contribuindo para que procedessem de forma menos inibida do que aquelas de outras classes sociais, o que se configura com um linguajar “mais solto” maior liberdade de locomoção e iniciativa nas decisões, etc.”⁸³ Nesse sentido, havia a dificuldade dessas mulheres de seguir os princípios de civilidade e moralidade exigidos pela sociedade burguesa da capital mesmo quando ocupavam o ambiente público através do trabalho.

Posturas como aquela relatada no *Jornal de Notícias* apresentavam comportamentos não adaptados ao esperado socialmente e violavam “os estereótipos relativos ao seu sexo”.⁸⁴ A imprensa exprimia, na verdade, o desejo das elites de resolverem o problema de hábitos desviantes desses segmentos. Havia mesmo a “construção” da “incivilidade” de populares e a necessidade de reversão desses casos. No ano de 1902, por exemplo, o jornal *A Palavra* trazia o dia a dia da feira da capital:

Existe atualmente em nosso mercado um grupo de mulheres imundas e desocupadas que passam dia e noite a cometer toda a sorte de abusos e a pronunciarem em altas vozes todas as palavras imorais que lhes vem a boca. Outra: Do lado direito do mesmo mercado, junto ao muro, é a latrina de todas as pessoas que ali negociam. [...] Os fiscais do “Conselho Municipal”, ainda não viram tal escândalo, mas um pobre que vem vender, algum molho de feijão, todos correm a ele, e se o “besta não for sabido” paga duas ou três vezes. Se continuar a imoralidade, só voltando o

⁸¹ COM A POLÍCIA. *Jornal de Notícias*, Teresina, ano 1, n. 20, 17 de mar. 1918, p. 76.

⁸² ARAÚJO. *Cotidiano e pobreza*, p. 63.

⁸³ SOIHET. *Condição feminina e formas de violência*, p. 24.

⁸⁴ _____. *Condição feminina e formas de violência*, p. 158.

bacamarte, para sermos respeitados, uma vez que as autoridades competentes não ligam importância. A bem da moralidade pública pedimos providência ao dr. Chefe de polícia.⁸⁵

O conturbado cenário da feira devia-se, em grande escala, aos desvios femininos. Os seus procedimentos “imorais” por “cometerem toda a sorte de abusos” chamavam a atenção e requeriam medidas de modificações e intervenções da polícia, pois atrás da feira moravam muitas famílias que não estavam dispostas a apreciar esses delitos.⁸⁶ As pessoas de “boas” famílias não deveriam participar de circunstâncias “desagradáveis” como essas, pois além de não corroborar com o comportamento feminino ideal, também insultavam as mulheres (e os demais membros) que seguiam a linha da moralidade. Os “pedidos” de coerção desse tipo de costume pela polícia, feitos por notas da imprensa, buscavam assim, provocar o afastamento das pessoas de “más tendências” das regidas pela boa moral e educação. Nesses aspectos, o exemplo ocorrido no jornal *O Correio* de 1901, no *Sarau das Petisqueiras* traduzia bem a importância desses distanciamentos para os grupos de elite.

No sábado último teve lugar na casa de comidas denominada, ao que nos parece, Petisqueiras de Relance, um animadíssimo sarau de mulheres alegres. Lá das tantas para tantas, segundo nos informam foi servida uma abundante e variada ceia de pancadaria, regada a sangue. O menu compreendia: socos, bofetadas, cacetadas, etc. e saiu gente até bastante indigesta. Informa-nos ainda que a nota cômica foi esta: O músico de polícia Geraldo, depois da primeira mesa, recitava a celebre poesia de desgraça! Eis tudo que resta... Aos monótonos acordes da orquestra, que tocava a surdina. Quando cortaram lhe o fio da coisa com uma bordoadá. Achamos que a continuação dos “Saraus das Petisqueiras” constitui um atentado a moral porque ali penetram alguns filhos de família e como os outros ficam sujeitos a comer dos novos petiscos.⁸⁷

As famílias ditas “civilizadas” corriam, segundo a notícia, risco de vida e de desmoralização caso “os filhos de família” entrassem em contato com os “pobres imorais”. Havia, então, a necessidade de resguardar os habitantes do *lar* dos perigos que a *rua* propiciava. Esta, principalmente nas horas noturnas, era marcada por “algazarras” onde raramente “não dava um rolo, uma briga, havendo, invariavelmente, dois ou mais feridos.”⁸⁸ Como se observa, ao local das ruas estava agregado dimensões culturais que deveriam ser evitadas por aqueles que não pertenciam a ela. Era nesse ambiente, onde podiam ser

⁸⁵ NA FEIRA. *A Palavra*, Teresina, ano 1, n. 4, 15 de jun. 1902, p. 2.

⁸⁶ _____. *A Palavra*, p. 2.

⁸⁷ SARAU das petisqueiras: novos petiscos. *O Correio*, Teresina, ano 1, n. 2, 06 de jun. 1901, p. 1.

⁸⁸ BATISTA. *Poesia e prosa*, p. 184.

encontrados os subalternos que compartilhavam horas de trabalho, festividades ou mesmo os que nela habitavam, que procedimentos mais imprevisíveis e incíveis se desenvolviam. Existia assim uma desconfiança geral com relação aos pobres que eram observados, classificados e percebidos como perigosos portadores de vício do corpo e da alma, que podiam contaminar toda a sociedade.⁸⁹

Nesse contexto, a constante participação feminina nas alterações públicas de maus comportamentos tornava a situação ainda mais arriscada e quando havia a emergência de outros perfis de mulher os mecanismos de inibição e correção de desordens logo eram acionados. Assim ocorreu com o excesso de ciúme, “célebre monstro dos olhos verdes”, que Ana Maria do Espírito Santo teve ao ser provocada por Leocádia Maria das Virgens. Segundo consta no jornal *A Gazeta* de 1906 a primeira, mulher de José Antônio do Nascimento, por ter sido instigada pela segunda “serviu-se da única arma de que pôde dispor no momento, a água quente que tinha em uma chaleira no fogo, e atirou sobre o rosto da ‘rival’”,⁹⁰ sendo em seguida recolhida a detenção.

Para esses acontecimentos havia as chamadas prisões correcionais, que consistiam na punição daqueles que transgrediam a moral pública. A estas detenções motivadas por crimes de “distúrbios” uniam-se as provocadas pelo excesso do álcool, outro elemento presente no cotidiano de alguma dessas mulheres. O ocorrido no dia 10 de setembro, de 1911 entre o casal Felismina Pereira do Nascimento e Alexandre José da Silva, por exemplo, deixa transparecer um pouco do vício a que esses segmentos estavam entregue:

Casados a 27 anos, pouco mais ou menos, viviam Alexandre José da Silva e Felismina Pereira do Nascimento em constante desavenças, sendo frequentes as lutas do casal, lutas em que as vezes entrava a faca, o facão, o cacete e até a taca. Ambos eram trabalhadores, sendo que ela estava há muito empregada na fábrica de fiação desta capital, na tecelagem, onde gozava a fama de boa teceloa, **davam-se, porém, os dois ao vício da embriaguez.** No aludido dia 10, houve uma forte briga de Alexandre com Felismina e depois esta, armada com um machado deu naquele dois grandes golpes na cabeça, produzindo um deles uma fatura exposta da

⁸⁹ ROCHA, Raquel Caminha. “*Aparta que é briga*”: discurso, violência e gênero em Fortaleza (1919-1948). 147f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011, p. 27.

⁹⁰ CIUMADAS com água quente. *A Gazeta*, Teresina, ano 2, n. 59, jun. 1906, p. 131.

abóbada craniana, que foi a causa-mortis da vítima, a 11 a tarde. [Grifos meus].⁹¹

Pela forma que o jornal *Piauí* expõe o episódio, nota-se a finalidade de destacar que os dois “davam-se ao vício da embriaguez” para, possivelmente, explicar a motivação do homicídio de Alexandre. Embora fossem trabalhadores, por possuírem vício no álcool e viverem em constantes lutas onde às vezes utilizavam até instrumentos como armas, o desentendimento do dia 10 de setembro teve o final “trágico” que teve. Observa-se que não há menções a características da personalidade de Felismina, a ré do referido caso, nem da vítima, seu marido Alexandre José da Silva. Mas o fato dos dois serem trabalhadores, e de especificamente Felismina na fiação onde trabalhava ter “fama de boa teceloa” indica que, ao menos no seu trabalho, detinha “boas referências”, o que a afastava, talvez, de um perfil desordeiro quando estava no âmbito da profissão e, provavelmente, longe do vício. Dessa maneira, a constante embriaguez dos dois intensificava, ou mesmo influenciava a vida cotidiana que levavam enquanto casal, onde viviam em frequentes “lutas”.

O vício pode ter sido então o principal causador da morte de Alexandre José da Silva, pois mais adiante na mesma notícia o jornal informava que Felismina dissera ter sido maltratada pelo marido, “do que se encontraram vestígios”.⁹² Pelo fato do jornal não relatar uma possível causa e destacar, por outro lado, algumas características do casal, pode-se inferir que o crime resultou da convivência complexa que possuíam entre si, que era intensificada pelo alcoolismo que sustentavam. Tratando-se ainda da causa dos delitos cometidos por mulheres no início do séc. XX o *Livro de Indicações dos Detidos 1900- 1926* de Teresina é, novamente, imprescindível. Para o quadro de 8.191 casos de autuações, observa-se a ocorrência de 1.322 casos femininos, o que corresponde a aproximadamente 16,14% do total. Isto para o intervalo de 26 anos (1900- 1926) que corresponde o seu recorte temporal. Desses 16,14% as causas mais recorrentes são os de distúrbios e embriaguez. Nesses registros aparecem 850 casos de distúrbios, 300 de embriaguez, 150 ferimentos, 14 homicídios e 8 ofensas policiais.⁹³

⁹¹ CRIME bárbaro. *Piauí*, Teresina, ano 21, n. 1139, 15 de set. 1911, p. 189.

⁹² CRIME bárbaro. *Piauí*, p. 190.

⁹³ APEPI, Poder Executivo. Livro de Indicações dos Detidos da cidade de Teresina entre os anos de 1900-1926. SPE, Cod. 999, Est. 09, prat. 01. Obs: No referido livro, o número de autuações vai até 9092, mas como há um salto nos registros de 6.099 para 7000, será considerado apenas o número 8.191 casos.

Como se observa, as contravenções por distúrbio e por embriaguez lideravam os crimes femininos do período. Possivelmente esse dois tipos de crimes se destacaram com maiores índices de detenções, porque dentro desses conjuntos eram enquadradas as mais variadas atitudes “irregulares” que as mulheres pobres praticavam. Quanto a esse aspecto, infelizmente, não é possível deduzir com muito rigor quais eram as ações das populares que correspondiam a eles, pois no livro citado não há registro direto em forma de exemplos. Contudo, a partir da leitura de documentos avulsos⁹⁴ da secretaria de polícia do Piauí referentes às delegacias públicas de Teresina onde guardas de rondas noturnas relatavam aos delegados e chefes de polícia, essa categoria deve estar associada ao regulamento de práticas irregulares contidas no Art. 208º § 12 do Regulamento da Secretaria de polícia do Estado do Piauí do ano de 1920, disponível no Arquivo Público do Piauí. Nesse inciso aparecem circunstâncias como: pessoas que forem encontradas em lugares públicos na prática de jogos proibidos; aquelas que ao perturbarem o sossego público com alterações, rixas, vozerias ou gritos, não atenderam a admoestações que lhe forem feitas; os vadios turbulentos, ébrios e prostitutas que ofenderem o decoro ou perturbarem o sossego público.⁹⁵

Assim, a reincidência em crimes de contravenção observados também no *Livro de Indicações dos Detidos de 1900-1926* de Teresina, possivelmente não esteja ligada apenas a tendência de mulheres pobres a persistirem nas mesmas práticas criminais, mas a ações da polícia em controlar suas condutas diante do ideal de comportamento feminino do período. O controle policial que as circunscreviam se associava mais as normas da “nova mulher”, a mulher da família burguesa, do que propriamente as suas práticas criminais. Dessa forma, as mulheres pobres, que muitas vezes ocupavam o ambiente da rua para trabalharem e para desfrutarem de momentos de lazer eram envolvidas por parâmetros sociais que não faziam parte das características cotidianas que vivenciavam.

⁹⁴ Novamente esses documentos avulsos da Secretaria de polícia do estado do Piauí que contém algumas notificações de prisões e de soltura de pessoas com distúrbios e/ou embriaguez são citados. No primeiro momento foi mencionado para mostrar formas de se processar o aparelho policial da capital; a partir de anotações de rondas noturnas. Agora, eles aparecem para exemplificar um pouco de como são esses acervos. No dia 10 de janeiro de 1891 o delegado de polícia de Teresina no período dizia que “ontem foi preso sob minha ordem, Agostinha Maria da Conceição por distúrbios.” Também em 1891, agora no dia 27 de fevereiro, o mesmo delegado colocava que: “Cidadão, tenho a honra de levar a vosso conhecimento que ontem [...] se deu a soltura de Vicência Maria da Conceição, que estava detida a ordem do delegado a polícia por embriaguez”. APEPI, Poder Executivo. Documentos Avulsos da Secretaria de Polícia, 1891-1895.

⁹⁵ APEPI, Poder Executivo. Assunto: Leis, decretos e resoluções dos anos 1915-1924, Caixa 08.

Para essas mulheres que praticavam crimes, possivelmente, os aspectos de civilidade e moralidade eram outros. Como coloca Martha de Abreu Esteves acerca dos crimes de defloração e estupro que pesquisou, determinadas maneiras de agir de mulheres pobres na cidade mostravam como “entendiam o mundo e como expressavam sua compreensão em seus comportamentos”.⁹⁶ Para o contexto de Teresina, é possível afirmar que as mulheres pobres que se envolviam em casos de crimes de contravenção ou mesmo de homicídios, possuíam modos de agir e de conviverem na e em sociedade diferente das mulheres de elite e de classe média.⁹⁷ Assim, quando cometiam algum crime respondiam tanto pelo desvio da lei em si quanto pelos precedentes de conduta irregular que mantinham.

⁹⁶ ESTEVES. *Meninas Perdidas*, p. 120.

⁹⁷ Nessa perspectiva, tomamos os estudos de Joan Scott, em *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, e Linda Nicholson, em *Interpretando o gênero*, quando admitem a necessidade de apresentar como as relações de gênero se constituíram e se configuraram em determinado contexto, dando ênfase a como esses processos se enraizaram e puderam emergir em determinada sociedade.